

- 1) [PORTARIA GP N. 212, DE 27 DE ABRIL DE 2016*](#). TRT3 - Suspende os prazos para prolação de despachos e decisões interlocutórias nos processos em trâmite na Central de Pesquisa Patrimonial, no período de 28 de abril a 2 de maio de 2016. (*republicação)
- 2) [PORTARIA NFTCEL N. 1, DE 7 DE MARÇO DE 2016](#) - TRT3 - Estabelece procedimentos para disponibilização de autos físicos arquivados às partes, inclusive fazendo carga aos advogados; alteração de endereços de reclamantes atendidos pelo Setor de Atermação e a digitalização e certificação junto ao PJe Processo Judicial Eletrônico da juntada de petições e documentos de reclamantes/reclamados que não possuam assistência de advogado, bem como de documentos e ofícios recebidos de terceiros.
- 3) [PORTARIA Nº 505, DE 29 DE ABRIL DE 2016](#) - MTPS/GM - Altera o Anexo I - Regulamento técnico de procedimentos para movimentação, armazenagem e manuseio de chapas de mármore, granito e outras rochas - da Norma Regulamentadora nº 11 - Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais.
- 4) [PORTARIA Nº 506, DE 29 DE ABRIL DE 2016](#) - MTPS/GM - Altera a Norma Regulamentadora nº 22 -Segurança e Saúde Ocupacional na Mineração.
- 5) [PORTARIA Nº 507, DE 29 DE ABRIL DE 2016](#) - MTPS/GM - Altera o Anexo II da Norma Regulamentadora nº 28.
- 6) [PORTARIA Nº 508, DE 29 DE ABRIL DE 2016](#) - MTPS/GM - Altera a Norma Regulamentadora nº 10 -Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade.
- 7) [PORTARIA Nº 509, DE 29 DE ABRIL DE 2016](#) - MTPS/GM - Altera a Norma Regulamentadora nº 12 - Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos.
- 8) [PORTARIA Nº 510, DE 29 DE ABRIL DE 2016](#) - MTPS/GM - Altera a Norma Regulamentadora nº 4 - Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho.
- 9) [PORTARIA N. 511, DE 29 DE ABRIL DE 2016](#) - MTPS/GM - Inclui, na Norma Regulamentadora nº 36 - Segurança e Saúde no Trabalho em Empresas de Abate e Processamento de Carnes e Derivados, o Anexo II - Requisitos de segurança específicos para máquinas utilizadas nas indústrias de abate e processamento de carnes e derivados destinados ao consumo humano



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Gabinete da Presidência

PORTARIA GP N. 212, DE 27 DE ABRIL DE 2016*.

(*Republicação em virtude de erro material)

O DESEMBARGADOR 1º VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a implantação de sistema informatizado próprio a ser utilizado pela Central de Pesquisa Patrimonial - CPP;

CONSIDERANDO a necessidade de migração de dados dos processos anteriormente cadastrados no sistema da Secretaria de Execuções - SEP para o novo sistema da CPP,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam suspensos os prazos para prolação de despachos e decisões interlocutórias nos processos em trâmite na Central de Pesquisa Patrimonial, no período de 28 de abril a 2 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 28 de abril de 2016.

RICARDO ANTÔNIO MOHALLEM

Desembargador 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(Disponibilização: DEJT/TRT3 Cad. Jud. 29/04/2016, n. 1.967, p. 1)

(Publicação: 02/05/2016)



PORTARIA NFTCEL N. 1, DE 7 DE MARÇO DE 2016

Estabelece procedimentos para disponibilização de autos físicos arquivados às partes, inclusive fazendo carga aos advogados; alteração de endereços de reclamantes atendidos pelo Setor de Atermação e a digitalização e certificação junto ao PJe Processo Judicial Eletrônico da juntada de petições e documentos de reclamantes/reclamados que não possuam assistência de advogado, bem como de documentos e ofícios recebidos de terceiros.

A JUÍZA DIRETORA DO FORO TRABALHISTA DE CORONEL FABRICIANO/MG, Dra. Vivianne Célia Ferreira Ramos Correa, no uso de suas atribuições regulamentares,

RESOLVE:

Art. 1º Incumbirá ao Foro, não mais às Secretarias das Varas, o desarquivamento dos autos e a sua disponibilização à parte requerente para que tenha vista em balcão no Núcleo do Foro.

Art. 2º Solicitado o desarquivamento, os autos serão disponibilizados ao requerente no prazo de 2 (dois) dias e permanecerão no Foro por mais 5 (cinco) dias, prazo no qual deverá comparecer no referido para vista, INDEPENDENTEMENTE DE INTIMAÇÃO. Findo o prazo os autos voltarão ao Setor de Arquivo.

Art. 3º Incumbirá ao Núcleo do Foro fazer carga dos autos, caso tal providência se faça necessária.

Art. 4º No caso do artigo anterior, retirada dos autos em carga, fica assegurado à parte o prazo de 30 (trinta) dias para devolução do processo no próprio Núcleo do Foro, sob pena de busca e apreensão.

Art. 5º Caso alguma providência extraordinária se faça necessária no processo, o requerimento/petição, juntamente com os autos, serão encaminhados pelo Núcleo do Foro à respectiva Vara para análise.

Art. 6º As alterações de endereços de reclamantes atendidos pelo Setor de Atermação serão realizadas pelos servidores do Núcleo do Foro.

Art. 7º A juntada de petições e documentos de reclamantes/reclamados que não possuam assistência de advogado e cujos processos tramitem pelo PJe Processo Judicial Eletrônico será realizada pelos servidores do Núcleo do Foro, que os digitalizarão e certificarão a respectiva alteração, encaminhando os documentos quando necessário à Vara.

Art. 8º A juntada de documentos e ofícios recebidos de terceiros, tais como hospitais, UBS (Unidades Básicas de Saúde), UAI (Unidades de Atendimento Integrado), Previdência Social, Cartórios etc, e cujos processos relacionados tramitem pelo PJe Processo Judicial Eletrônico será realizada pelos funcionários do Núcleo do Foro, que os digitalizarão e certificarão a respectiva alteração, encaminhando os documentos quando necessário à Vara.

Art. 9º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. O Chefe do Núcleo do Foro providenciará a divulgação da presente Portaria, com remessa de uma via assinada à subseção da OAB local, afixando outra no átrio das Varas do Trabalho e Foro e remetendo outra via à Corregedoria do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho.

Publique-se no DEJT.

Coronel Fabriciano, 07 de março de 2016.

Vivianne Célia Ferreira Ramos Correa
Juíza do Trabalho
Diretora do Foro

(Disponibilização: DEJT/TRT3 Cad. Jud. 29/04/2016, n. 1.967, p. 1.949)
(Publicação: 02/05/2016)



MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 505, DE 29 DE ABRIL DE 2016

Altera o Anexo I - Regulamento técnico de procedimentos para movimentação, armazenagem e manuseio de chapas de mármore, granito e outras rochas - da Norma Regulamentadora nº 11 - Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais.

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal e os arts. 155 e 200 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, resolve:

Art. 1º Alterar o Anexo I - Regulamento técnico de procedimentos para movimentação, armazenagem e manuseio de chapas de mármore, granito e outras rochas - da Norma Regulamentadora nº 11 - Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais, aprovado pela Portaria nº 56, de 17 de setembro de 2003, que passa a vigorar com a redação constante no Anexo desta Portaria.

Art. 2º Estabelecer o prazo de 3 anos para o cumprimento do requisito estabelecido na alínea 'a' do item 2.3.1 do Anexo e de 5 anos para o estabelecido na alínea 'b' do mesmo item.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIGUEL ROSSETTO

Anexo:

<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=02/05/2016&jornal=1&pagina=91&totalArquivos=112>
<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=02/05/2016&jornal=1&pagina=92&totalArquivos=112>
<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=02/05/2016&jornal=1&pagina=93&totalArquivos=112>

DOU 02/05/2016, p. 91/93



PORTARIA Nº 506, DE 29 DE ABRIL DE 2016

Altera a Norma Regulamentadora nº 22 -Segurança e Saúde Ocupacional na Mineração.

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal e os arts. 155 e 200 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, resolve:

Art. 1º Incluir a alínea 'j' no item 22.32.1 da Norma Regulamentadora nº 22 (NR-22) - Segurança e Saúde Ocupacional na Mineração, aprovada pela Portaria nº 3214/1978, com a seguinte redação:

22.32.1

j) estabelecimento de sistema que permita saber, com precisão e em qualquer momento, os nomes de todas as pessoas que estão no subsolo, assim como a localização provável das mesmas.

.....

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIGUEL ROSSETTO

DOU 02/05/2016, p. 93



PORTARIA Nº 507, DE 29 DE ABRIL DE 2016

Altera o Anexo II da Norma Regulamentadora nº 28.

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal e os arts. 155 e 200 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto nº 5.452, de 1º de maio de 1943, resolve:

Art. 1º Inserir, no Anexo II da Norma Regulamentadora nº 28 - Fiscalização e Penalidades, aprovada pela Portaria MTb nº 3.214/78, os códigos de ementas da Norma Regulamentadora nº 12 (Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos), nos termos a seguir:

12.36.1 "a"	212986-8	13	S
12.36.1 "b"	212987-6	13	S

12.122 "c" 212989-2 I1 S

12.126.1	212991-4	12	S
----------	----------	----	---

Art. 2º Alterar, no Anexo II da Norma Regulamentadora nº 28, os códigos de ementas da Norma Regulamentadora nº 12, nos termos a seguir:

12.17 "f"	212983-3	12	S
-----------	----------	----	---

12.36 "a"	212984-1	13	S
-----------	----------	----	---

12.36 "b"	212985-0	13	S
-----------	----------	----	---

12.122 "b"	212988-4	11	S
------------	----------	----	---

12.126	212990-6	11	S
--------	----------	----	---

12.128 "m"	212992-2	12	S
------------	----------	----	---

12.129	212993-0	11	S
--------	----------	----	---

12.134	212994-9	14	S
--------	----------	----	---

12.138 "b"	212995-7	13	S
------------	----------	----	---

Art. 3º Excluir, do Anexo II da Norma Regulamentadora nº 28, os códigos de ementas da Norma Regulamentadora nº 12 a seguir indicados:

12.5	212003-8	13	S
------	----------	----	---

12.122 "a"	212291-0	11	S
------------	----------	----	---

Art. 4º Inserir, no Anexo II da Norma Regulamentadora nº 28, os códigos de ementas do Anexo XI (Máquinas e Implemento para Uso Agrícola e Florestal) da Norma Regulamentadora nº 12, nos termos a seguir:

6.13	212996-5	13	S
------	----------	----	---

6.13.1	212997-3	13	S
--------	----------	----	---

6.14	212998-1	12	S
------	----------	----	---

15.12.1	212999-0	12	S
---------	----------	----	---

17	312004-0	14	S
----	----------	----	---

Art. 5º Alterar, no Anexo II da Norma Regulamentadora nº 28, os códigos de ementas do Anexo XI (Máquinas e Implemento para Uso Agrícola e Florestal) da Norma Regulamentadora nº 12, nos termos a seguir:

15.22 "a"	312001-5	12	S
-----------	----------	----	---

15.22 "b"	312002-3	12	S
-----------	----------	----	---

.....
15.22.1 "f" 312003-1 12 S
.....

Art. 6º Alterar, no Anexo II da Norma Regulamentadora nº 28, o código de ementa da Norma Regulamentadora nº 18 (Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção), nos termos a seguir:

.....
18.14.21.11.1 318010-7 14 S
.....

Art. 7º Excluir, do Anexo II da Norma Regulamentadora nº 28, o código de ementa da Norma Regulamentadora nº 18 (Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção) a seguir indicado:

18.15.2.3 218823-6 12 S

Art. 8º Alterar, no Anexo II da Norma Regulamentadora nº 28, os códigos de ementa do item 34.11 (Montagem e Desmontagem de Andaimos) e seus subitens da Norma Regulamentadora nº 34 (Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção e Reparação Naval), nos termos a seguir:

.....
34.11.1 134516-8 14 S
34.11.2 134517-6 13 S
34.11.3 134518-4 14 S
34.11.4 134519-2 12 S
34.11.5 134520-6 14 S
34.11.5.1 134521-4 14 S
34.11.6 134522-2 14 S
34.11.7 134523-0 13 S
34.11.8 134524-9 14 S
34.11.9 134525-7 13 S
34.11.10 134526-5 14 S
34.11.11 134527-3 14 S
34.11.12 "a" 134528-1 14 S
34.11.12 "b" 134529-0 13 S
34.11.13 134530-3 13 S
34.11.14 134531-1 13 S
34.11.14.1 134532-0 14 S
34.11.15 134533-8 13 S
34.11.16 134534-6 14 S
34.11.16.1 134535-4 14 S
34.11.16.2 134563-0 14 S
34.11.17 134536-2 14 S
34.11.18 "a" 134537-0 14 S
34.11.18 "b" 134538-9 14 S
34.11.18 "c" 134539-7 14 S
34.11.19 134540-0 13 S
34.11.20 134541-9 13 S
34.11.21 "a" 134564-8 14 S
34.11.21 "b" 134565-6 13 S
34.11.22 "a" 134542-7 14 S
.....

34.11.22 "b"	134543-5	14	S
34.11.22 "c"	134544-3	14	S
34 . 11 . 2 3	134545-1	13	S
34 . 11 . 2 4	134546-0	14	S
34 . 11 . 2 5	134547-8	13	S
34 . 11 . 2 5 . 1	134548-8	14	S
34 . 11 . 2 6	134549-4	14	S
34 . 11 . 2 7	134550-8	13	S
34 . 11 . 2 8	134551-6	14	S
34 . 11 . 2 9	134552-4	13	S
34 . 11 . 3 0	134553-2	14	S
34 . 11 . 3 0 . 1	134554-0	13	S
34 . 11 . 3 1	134555-9	12	S
34 . 11 . 3 2	134556-7	12	S
34 . 11 . 3 3	134557-5	12	S

.....
 Art. 9º Inserir, no Anexo II da Norma Regulamentadora nº 28, os códigos de ementas da Norma Regulamentadora nº 34 (Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção e Reparação Naval), nos termos a seguir:

34.16.13.2 "a"	134558-3	14	S
34.16.13.2 "b"	134559-1	14	S
34.16.13.2 "c"	134560-5	14	S
34.16.13.2.2	134561-3	13	S
34.16.13.2.3	134562-1	13	S

.....
 Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MIGUEL ROSSETTO

DOU 02/05/2016, p. 93/94



PORTARIA Nº 508, DE 29 DE ABRIL DE 2016

Altera a Norma Regulamentadora nº 10 -Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade.

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal e os arts. 155 e 200 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, resolve:

Art. 1º A Norma Regulamentadora nº 10 (NR10) - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade, aprovada pela Portaria nº 3214/1978, cuja redação vigente foi concedida pela Portaria GM nº 598, de 7 de dezembro de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

.....
 10.5.1

e) proteção dos elementos energizados existentes na zona controlada (Anexo II)

10.6.1.1 Os trabalhadores de que trata o item anterior devem receber treinamento de segurança para trabalhos com instalações elétricas energizadas, com currículo mínimo, carga horária e demais determinações estabelecidas no Anexo III desta NR.

10.6.2 Os trabalhos que exigem o ingresso na zona controlada devem ser realizados mediante procedimentos específicos respeitando as distâncias previstas no Anexo II.

10.7.1 Os trabalhadores que intervenham em instalações elétricas energizadas com alta tensão, que exerçam suas atividades dentro dos limites estabelecidos como zonas controladas e de risco, conforme Anexo II, devem atender ao disposto no item 10.8 desta NR.

10.7.2 Os trabalhadores de que trata o item 10.7.1 devem receber treinamento de segurança, específico em segurança no Sistema Elétrico de Potência (SEP) e em suas proximidades, com currículo mínimo, carga horária e demais determinações estabelecidas no Anexo III desta NR.

10.7.7 A intervenção em instalações elétricas energizadas em AT dentro dos limites estabelecidos como zona de risco, conforme Anexo II desta NR, somente pode ser realizada mediante a desativação, também conhecida como bloqueio, dos conjuntos e dispositivos de religamento automático do circuito, sistema ou equipamento.

10.8.8 Os trabalhadores autorizados a intervir em instalações elétricas devem possuir treinamento específico sobre os riscos decorrentes do emprego da energia elétrica e as principais medidas de prevenção de acidentes em instalações elétricas, de acordo com o estabelecido no Anexo III desta NR.

10.8.8.1 A empresa concederá autorização na forma desta NR aos trabalhadores capacitados ou qualificados e aos profissionais habilitados que tenham participado com avaliação e aproveitamento satisfatórios dos cursos constantes do Anexo III desta NR.

10.11.5 A autorização referida no item 10.8 deve estar em conformidade com o treinamento ministrado, previsto no Anexo III desta NR.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIGUEL ROSSETTO

DOU 02/05/2016, p. 94



PORTARIA Nº 509, DE 29 DE ABRIL DE 2016

Altera a Norma Regulamentadora nº 12 - Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos.

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal e os arts. 155 e 200 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, resolve:

Art. 1º A Norma Regulamentadora nº 12 (NR12) - Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos, aprovada pela Portaria nº 3.214/1978, com redação dada pela Portaria nº 197, de 17 de dezembro de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

.....
12.5 Na aplicação desta Norma e de seus anexos, devem-se considerar as características das máquinas e equipamentos, do processo, a apreciação de riscos e o estado da técnica.
.....

12.37. Quando indicado pela apreciação de riscos, em função da categoria de segurança requerida, o circuito elétrico do comando da partida e parada, inclusive de emergência, do motor das máquinas e equipamentos deve ser redundante e atender a uma das seguintes concepções, ou estar de acordo com o estabelecido pelas normas técnicas nacionais vigentes e, na falta destas, pelas normas técnicas internacionais:

a) possuir, no mínimo, dois contatores ligados em série, com contatos mecanicamente ligados ou contatos espelho, monitorados por interface de segurança;

b) utilizar um contator com contatos mecanicamente ligados ou contatos espelho, ligado em série a inversores ou conversores de frequência ou softstarters que possua entrada de habilitação e que disponibilize um sinal de falha, monitorados por interface de segurança;

c) utilizar dois contatores com contatos mecanicamente ligados ou contatos espelho, monitorados por interface de segurança, ligados em série a inversores ou conversores de frequência ou softstarters que não possua entrada de habilitação e não disponibilize um sinal de falha;

d) utilizar inversores ou conversores de frequência ou softstarters que possua entrada de segurança e atenda aos requisitos da categoria de segurança requerida.

12.37.1 Para o atendimento aos requisitos do item 12.37, alíneas "b", "c" e "d", é permitida a parada controlada do motor, desde que não haja riscos decorrentes de sua parada não instantânea.

.....
12.40 Os sistemas de segurança, se indicado pela apreciação de riscos, devem exigir rearme ("reset") manual.

12.40.1 Depois que um comando de parada tiver sido iniciado pelo sistema de segurança, a condição de parada deve ser mantida até que existam condições seguras para o rearme.

.....
12.114 A manutenção de máquinas e equipamentos contemplará, quando indicado pelo fabricante, dentre outros itens, a realização de ensaios não destrutivos - END, nas estruturas e componentes submetidos a solicitações de força e cuja ruptura ou desgaste possa ocasionar acidentes.
.....

12.128

p) indicação da vida útil da máquina ou equipamento e/ou dos componentes relacionados com a segurança.

12.132 Os serviços que envolvam risco de acidentes de trabalho em máquinas e equipamentos, exceto operação, devem ser planejados e realizados em conformidade com os procedimentos de trabalho e segurança, sob supervisão e anuência expressa de profissional habilitado ou qualificado, desde que autorizados.

12.132.1 Os serviços que envolvam risco de acidentes de trabalho em máquinas e equipamentos, exceto operação, devem ser precedidos de ordens de serviço - OS - específicas, contendo, no mínimo:

12.132.2 As empresas que não possuem serviço próprio de manutenção de suas máquinas ficam desobrigadas de elaborar procedimentos de trabalho e segurança para essa finalidade.

12.152.1 Nas situações onde os itens dos Anexos conflitarem com os itens da parte geral da Norma, prevalecem os requisitos do anexo.

Art. 2º O Anexo IV - Glossário da Norma Regulamentadora nº 12 (NR12) - Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos, aprovada pela Portaria nº 3214/1978, com redação dada pela Portaria nº 197, de 17 de dezembro de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Chave de segurança eletromecânica: Seu funcionamento se dá pela inserção/remoção de um atuador externo no corpo da chave (chave tipo 2), ou pela atuação positiva de partes da máquina ou equipamento (geralmente proteções móveis) sobre elementos mecânicos da chave (chave tipo 1, conhecida também como chave de posição ou fim-de-curso de segurança). Deve ter ruptura positiva - contatos ligados de forma rígida, com ao menos um contato normalmente fechado (NF) enquanto a proteção estiver fechada, de modo a garantir a interrupção do circuito de comando elétrico quando a proteção for aberta. É passível de desgaste, devendo ser utilizada de forma redundante e diversa quando a análise de risco assim exigir, para evitar que uma falha mecânica, como a quebra do atuador ou de outros elementos, leve à perda da função de segurança. Quando exigidas em redundância (duas chaves), pode-se aplicar uma delas em modo negativo - com o fechamento do contato normalmente fechado (NF) por ação de mola gerando o sinal de parada -, ou pode-se usar em uma delas um contato normalmente aberto (NA) - com a abertura por ação de mola gerando o sinal de parada -, a depender também da interface de segurança utilizada, que pode operar com sinais iguais ou invertidos.

Rearme manual: Função de segurança utilizada para restaurar manualmente uma ou mais funções de segurança antes de reiniciar uma máquina ou parte dela.

Vida útil de máquina e equipamento: é aquela estimada pelo fabricante como limite temporal nos termos da norma ABNT NBR ISO 12.100:2015. Para

fins de aplicação da informação prevista no item 12.128, alínea "p", o vencimento do tempo de vida útil das máquinas e equipamentos e/ou de seus componentes relacionados com a segurança, por si, não significa a proibição da continuidade da sua utilização. Recursos técnicos podem ser usados para determinar a continuidade da utilização da máquina ou equipamento com segurança.

.....
Art. 3º Revogar o item 12.137 da Norma Regulamentadora nº 12 (NR12) - Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos, aprovada pela Portaria nº 3214/1978, com redação dada pela Portaria nº 197, de 17 de dezembro de 2010.

Art. 4º Incluir a seguinte redação abaixo do título do Anexo I - DISTÂNCIAS DE SEGURANÇA E REQUISITOS PARA O USO DE DETECTORES DE PRESENÇA OPTOELETRÔNICOS - da Norma Regulamentadora nº 12 (NR12) - Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos, aprovada pela Portaria nº 3214/1978, com redação dada pela Portaria nº 197, de 17 de dezembro de 2010:

Este anexo estabelece referências de distâncias de segurança e requisitos para máquinas e equipamentos em geral, devendo ser observadas, quando for o caso, as disposições contidas em anexos e normas específicas.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIGUEL ROSSETTO

DOU 02/05/2016, p. 94



PORTARIA Nº 510, DE 29 DE ABRIL DE 2016

Altera a Norma Regulamentadora nº 4 - Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho.

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal e os arts. 155 e 200 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, resolve:

Art. 1º O item 4.3.3 da Norma Regulamentadora nº 4 (NR4) - Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho, aprovada pela Portaria nº 3214/1978, passa a vigorar com a seguinte redação:

4.3.3 O serviço único de engenharia e medicina deverá possuir os profissionais especializados previstos no Quadro II desta NR.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIGUEL ROSSETTO

DOU 02/05/2016, p. 94



PORTARIA Nº 511, DE 29 DE ABRIL DE 2016

Inclui, na Norma Regulamentadora nº 36 - Segurança e Saúde no Trabalho em Empresas de Abate e Processamento de Carnes e Derivados, o Anexo II - Requisitos de segurança específicos para máquinas utilizadas nas indústrias de abate e processamento de carnes e derivados destinados ao consumo humano.

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal e os arts. 155 e 200 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, resolve:

Art. 1º Incluir, na Norma Regulamentadora nº 36 - Segurança e Saúde no Trabalho em Empresas de Abate e Processamento de Carnes e Derivados, aprovada pela Portaria MTE nº 555, de 18 de abril de 2013, o Anexo II - Requisitos de segurança específicos para máquinas utilizadas nas indústrias de abate e processamento de carnes e derivados destinados ao consumo humano, com a redação constante no Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, exceto quanto às máquinas de repasse de moela fabricadas antes de sua vigência, que terão prazos escalonados, por estabelecimento, para implementação do disposto no item 1.3 e subitens, devendo-se observar:

I. Os estabelecimentos devem adequar 50% das máquinas de repasse de moela em até 18 meses.

II. Os estabelecimentos devem adequar 25% das máquinas de repasse de moela restantes em até 24 meses.

III. Os estabelecimentos devem adequar os demais 25% das máquinas de repasse de moela em até 30 meses.

§1º O atendimento às disposições transitórias estabelecidas no item 1.3.8 e subitens é requisito para a concessão do prazo de implementação estabelecido neste artigo.

§ 2º Os estabelecimentos que possuam até três máquinas de repasse de moela poderão optar pelo ajuste de uma máquina em 18 meses, uma em 24 meses e outra em 30 meses.

§ 3º Os estabelecimentos que possuam até duas máquinas de repasse de moela poderão optar pelo ajuste de uma máquina em 24 meses e outra em 30 meses.

§ 4º Os estabelecimentos que possuam apenas uma máquina de repasse de moela poderão optar pelo ajuste da máquina em até 24 meses.

§ 5º As microempresas e empresas de pequeno porte terão 6 meses a mais de prazo, em relação ao indicado neste artigo, para adequar suas máquinas de repasse de moela.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor da data de sua publicação.

MIGUEL SOLDATELLI ROSSETTO

Anexo:

[http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?
data=02/05/2016&jornal=1&pagina=95&totalArquivos=112](http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=02/05/2016&jornal=1&pagina=95&totalArquivos=112)

[http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?
data=02/05/2016&jornal=1&pagina=96&totalArquivos=112](http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=02/05/2016&jornal=1&pagina=96&totalArquivos=112)

[http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?
data=02/05/2016&jornal=1&pagina=97&totalArquivos=112](http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=02/05/2016&jornal=1&pagina=97&totalArquivos=112)

DOU 02/05/2016, p. 94/97



Secretária da Secretaria de Documentação:

Isabela Freitas Moreira Pinto

Atendimento e Divulgação: Maria Thereza Silva de Andrade

Colaboração: servidores da SEDOC

Antes de imprimir, pense no MEIO AMBIENTE.

Economizar água e energia é URGENTE